

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## O ANTICOMUNISMO NOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA (1970-1979)

Valdir Erick dos Santos

Mestrando em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

email: [ericksantospt@gmail.com](mailto:ericksantospt@gmail.com)

### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o anticomunismo brasileiro durante a Ditadura de Segurança Nacional, especificamente ao longo da década de 1970. Para isso analisaremos a configuração e a produção documental da chamada “Comunidade de Informações” da ditadura, centralizada em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI), sobre o chamado “comunismo internacional”. Utilizamos como objeto e fonte, primordialmente, o acervo documental deste serviço de inteligência altamente importante durante toda a ditadura, e que inclusive sobreviveu a esta, sendo extinto somente em 1990. Grande parte desse gigantesco acervo está disponível digitalizado no site do *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas* do Arquivo Nacional.

**Palavras-chave:** Anticomunismo; Ditadura; Segurança Nacional; Informações; SNI

Em 2021 o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 completou 57 anos em um cenário novamente dramático da história brasileira. Com as eleições de 2018 elegeu-se um governo de extrema-direita que tem como uma das pautas “combater os comunistas” e as suas “mentiras” sobre os 21 anos de ditadura encabeçada pelos generais do Exército e apoiada por grande parte da sociedade civil<sup>1</sup>. Nesse contexto de negacionismo histórico e de negação dos próprios pilares da democracia faz-se, mais do que nunca, necessário que historiadores e historiadoras mantenham-se firmes na sua função social, que é pesquisar e divulgar a História do país com pleno comprometimento com a cidadania, os direitos humanos e a democracia.

A ditadura brasileira instaurada com o golpe de Estado que depôs o presidente constitucional João Goulart (1919-1976) e que se seguiu por, pelo menos, 21 anos, talvez tenha

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Mourão comemora golpe civil-militar de 1964 no Twitter (notícia). In: **Café História – História feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/mourao-comemora-golpe-civil-militar-de-1964-no-twitter> Publicado em: 31 mar. 2020.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sido uma das mais preocupadas com manter aparências de uma “democracia” forte e funcional, mas na verdade essa estratégia do regime caracteriza-se pelo o que alguns autores chamam de “legalidade autoritária”, que tem origem tanto na formação militar dos generais e na própria Doutrina de Segurança Nacional, isso explicaria em parte a fixação dos militares em registrar tudo em documentos oficiais nas mais diferentes instâncias de poder, desde as questões mais triviais até os assuntos mais complexos envolvendo a segurança do Estado. Graças a isso o Brasil conta com o maior acervo da repressão, entre os países que também passaram por experiências repressivas e de Terrorismo de Estado na América Latina da segunda metade do século XX.

Após a conquista do Estado por parte dos militares golpistas, com a cumplicidade e patrocínio das classes dominantes e do capital estrangeiro, inicia-se um processo de reorganização do Estado brasileiro com vistas a adaptar-se aos moldes do capitalismo dependente, enterrando de vez o projeto nacional desenvolvimentista e reformista representado pelo PTB e grande parte das esquerdas da época.

Segundo José Paulo Netto o novo regime “se configurou como uma ditadura dos seus momentos iniciais ao seu declínio e a sua derrota” pois

impos-se abertamente pela força das armas, valeu-se diretamente da coerção e da violência, restringiu ao limite os direitos políticos mais elementares, impediu a alternância no poder e no governo, criminalizou a atividade oposicionista, tornou o terror uma política de Estado, feriu os direitos humanos fundamentais e renegou tanto as instituições jurídicas reconhecidas consensualmente como democráticas e legítimas quanto a sua própria retórica. Foi na sua forma e no seu conteúdo, a mais longa e a mais brutal das ditaduras brasileiras: uma ditadura que nos seus procedimentos operativos e nas suas finalidades serviu a burguesia brasileira e aos seus sócios. (NETTO, 2014, p. 83)

Já nos primeiros dias a ditadura mostrou a que veio baixando o primeiro dos diversos Atos Institucionais (AI), um mecanismo jurídico para burlar a constituição democrática-liberal de 1946 e ao mesmo tempo dar a chancela de legalidade ao governo golpista. Além dos decretos e AIs, outro tema importante ocupou os militares: a reorganização dos serviços de informações do país, pois segundo eles o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) - criado em 1946 e instituído de fato em 1958 - já não atendia adequadamente às demandas do período.



# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Maria Helena Moreira Alves, a criação do SNI fez parte de um todo maior na própria estruturação do Estado de Segurança Nacional, segundo a autora este “novo” Estado se balizou especialmente na criação deste novo serviço de informações, além das reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e estratégias econômicas de controle salarial. Conforme Alves:

O SNI apresenta particular interesse como instituição do Estado de Segurança Nacional. O quadro jurídico do Estado ficou estabelecido com o Ato Institucional nº 1, mas a criação do SNI foi a primeira aplicação legal da Doutrina de Segurança Nacional, e lançou as bases do imenso aparato repressivo que se desenvolveu com o tempo. (ALVES, 1989, p. 74)

A função principal dos funcionários e agentes do SNI era colher informes que mais adiante se transformariam em informações, relatórios, dossiês e fichas, assim o novo Serviço tornou-se a “cabeça” de uma complexa rede de informações e espionagem designada de Sistema Nacional de Informações (SISNI), ou simplesmente Comunidade de Informações,

A comunidade de informações atuou de forma bastante independente no período de maior fechamento do regime militar, extrapolando as funções de um *intelligence service* e desenvolvendo um grande setor policial/operacional. (ANTUNES, 2001, P. 84)

Carlos Fico também vai nessa direção ao tratar da constituição do Estado repressivo e de seu conjunto de órgãos de informações e segurança. Segundo o historiador, “com a decretação do AI-5, a linha dura pode criar sistemas muito sofisticados de repressão. Um dos mais abrangentes foi o Sistema Nacional de Informações (SISNI)” (FICO, 2016, p. 68)

Em outro texto, o historiador também trata sobre a constituição e atuação da Comunidade de Informações, segundo ele:

Longe de se ater ao cumprimento da função de prover o presidente da república de informações necessárias a tomada de decisões, o Sisni era, basicamente, um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção. Os agentes de informações consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do “movimento comunista internacional”, que agiria dissimuladamente, envolvendo incautos e, por causa dessa lógica, nunca era surpreendente para eles encontrarem indícios suspeitos em quaisquer investigações. (FICO, 2009, P. 179-180)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Entretanto, é importante frisar que o SNI não era um órgão de repressão “por excelência”, ou seja, não atuava *diretamente* na repressão física - prisões, interrogatórios e torturas de investigados e presos políticos - não obstante, a participação do Serviço foi indispensável na arquitetura da repressão, pois ele era o responsável por investigar e entregar a cabeça dos opositores de bandeja aos responsáveis pelo “serviço sujo”. O SNI “teria alguma coisa de polícia, mas não era polícia”. (FIGUEIREDO, 2005, P. 127)

Além do SNI, outros órgãos de informações foram criados ou ressignificados pela ditadura, especialmente o temido trio CENIMAR, CIE e CISA. A Marinha foi a primeira das três forças a criar seu Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) em 1955 no auge da Guerra Fria. Até final da década de 1960 e início da década de 1970 o CENIMAR tinha atuação voltada exclusivamente para questões internas como diplomacia, fronteiras marítimas e corporação, com o recrudescimento do regime, o serviço foi reorganizado para lidar com o combate ao comunismo, especializando-se em assuntos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em maio de 1967, o ditador Costa e Silva (1899-1969) determinou a criação de um Centro de Informações do Exército (CIE), pois entendia que somente o SNI não daria conta da situação política do país e do combate à “subversão”. E por último, a Aeronáutica se empenhou na criação do seu serviço de informações, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) criado em 1970. Diferente do SNI, os serviços secretos militares atuavam diretamente na repressão, prisões e torturas, além da produção das informações, relatórios, dossiês e fichas.

Talvez o mais conhecido deles, devido a seu radicalismo e brutalidade dos seus agentes e chefes, seja o CIE, considerando que foi idealizado justamente com este objetivo, segundo Priscila Antunes, “era o serviço de informações que contava com maior quadro de pessoal e que se empenhou no combate a luta armada” (ANTUNES, 2001, P. 65). O CISA e CENIMAR não ficaram tão conhecidos, apesar de não serem menos radicalmente anticomunistas e atuarem de forma criminosa contra os opositores do regime. A cooperação entre os serviços foi essencial durante a ditadura no combate ao comunismo.

## **A produção documental dos serviços de informações e os seus arquivos.**

A atuação do SNI era em proveito do presidente da república, suas formas de obter informes e informações variavam desde simples vigia dos alvos até infiltração em movimentos

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e partidos de esquerda, segundo Adyr Fiúza de Castro, primeiro chefe do CIE, e homem de atuação forte na área de informações,

a estrutura de informações do SNI era baseada nas suas DSI<sup>6</sup> e nos agentes que contratava, ou nos informantes etc. E isso constituía uma rede muito extensa, porque havia agências exclusivas do SNI em todas as capitais. E recebia informações do CIE, da Marinha e da Aeronáutica. Isso era o SNI, uma estrutura à parte. Agora, elaborava suas informações e entregava a seu único cliente, que era o presidente da república. (DE CASTRO, 1994, p. 46)

Priscila Antunes também faz apontamentos sobre o funcionamento do SNI e a suas maneiras de obter informações, segundo a autora

O SNI interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escuta telefônica e acompanhava a vida das pessoas, tanto dos adversários políticos e suspeitos de subversão, como integrantes da equipe governamental. Infiltrava pessoas tanto nas organizações clandestinas quanto nos organismos legalizados de oposição ao regime. (ANTUNES, 2001, p. 85)

As formas de atuação dos diversos órgãos da ditadura variavam conforme sua estrutura e conforme a conjuntura, mas seguiram preceitos básicos de atuação ao longo de suas existências. Segundo Mariana Joffily:

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais. Os trabalhos normalmente se dividiam nas tarefas de busca e captura de militantes políticos, interrogatório dos detidos e análise das informações coletadas. Os agentes não utilizavam farda ou carros oficiais, mesmo os militares eram orientados a deixar de lado os elementos distintivos que os caracterizavam. Lançavam mão de disfarces variados, normalmente de funcionários de serviços públicos, como telefonia, recolhimento de lixo, saneamento básico ou manutenção da rede elétrica. Operavam frequentemente além da fronteira da legalidade desrespeitando a legislação autoritária pelo próprio regime. (JOFFILY, 2014, p. 165)

Os documentos/fontes a que temos acesso são essencialmente informações produzidas pelo SNI e recebidas de outros órgãos de informações. Conforme a apostila *Conceitos sobre Informações*, elaborada pelo SFICI em 1960 e utilizada pelos agentes do SNI posteriormente,

---

<sup>6</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI) eram departamentos do SNI presentes nos Ministérios Cíveis, que respondiam tanto ao Ministro da respectiva pasta e também ao ministro-chefe do SNI, esse duplo poder gerou inúmeros conflitos. O acervo das DSI são importantíssimos e vastos, especialmente DSIs grandes como as do Ministério da Justiça e Ministério da Educação. Ainda foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), presentes em autarquias como Petrobras e Itaipu Binacional.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a informação “é o produto resultante da reunião, avaliação, análise, integração e interpretação de todos os informes disponíveis sobre um ou mais aspectos de nações estrangeiras, ou áreas de operações que são de importância imediata em potencial”.<sup>7</sup> As informações seguem os modelos estabelecidos pelas diversas apostilas criadas pelos serviços secretos, geralmente o cabeçalho de uma informação continha: Data; Assunto; Origem; Avaliação; Difusão; Anexos. Logo após o cabeçalho vinha o conteúdo de fato deste documento e, se fosse o caso, ao final os anexos (geralmente fotografias, recortes de jornais). Não cabe aqui fazermos uma análise exaustiva do processo de produção desses documentos ou os condicionantes subjetivos e objetivos do agente de informações ao produzi-las, apenas destacamos que embora se pretendessem isentas, as informações continham o viés subjetivo, ideologia e visões de mundo do agente produtor, eram completamente parciais especialmente ao tratar sobre os inimigos do regime.

Os documentos produzidos pelos órgãos de informações tem uma gama de significações, mesmo que a maioria não tenha correspondência com a realidade daquele momento e sejam apenas o julgamento de valor daquele produtor de informações forjado em um anticomunismo ferrenho, fundamentalmente eles revelam a forma de funcionamento daqueles órgãos e a quem eles serviam.

## **A PERMANÊNCIA DA LUTA ANTICOMUNISTA DURANTE A DITADURA E O PAPEL DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO**

No acervo do SNI há uma infinidade de documentos, entre informes, informações, dossiês, relatórios especiais de informações e memorandos que revelam a paranóia e obsessão anticomunista<sup>8</sup> dos serviços secretos, com assuntos diversos como: “linhas de atuação do Movimento Comunista”; “infiltração comunista” (em diversas áreas), “imperialismo soviético”; atividades comunistas no Brasil e na América Latina; “propaganda do MCI contra o Brasil” etc. Maria Aparecida de Aquino resume de forma assertiva esse tema, afirmando que “pode-se encarar o anticomunismo como a “doença do aparato repressivo brasileiro”, pelo menos na fase pós-1935 no Brasil e durante a chamada Guerra Fria”. (AQUINO, 2002, p. 16)

---

<sup>7</sup> Conceitos sobre Informações, 1960. BR AN, Rio X9.0.TAI.1/11. p. 11

<sup>8</sup> Cf. SAMWAYS, Daniel Trevisan. A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/>. Publicado em: 22 jan. 2018. Acesso em: 05 dez 2020

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O anticomunismo foi uma das principais forças políticas atuantes ao longo do século XX, a luta contra o comunismo envolveu uma série de grupos sociais que criaram um conjunto de representações, imagens e alegorias para deturpar aqueles que eram considerados seus inimigos políticos. No Brasil sabe-se que o fenômeno foi instrumentalizado politicamente e tornou-se uma das justificativas para o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 e a instauração da ditadura de Segurança Nacional. O combate contra o comunismo, que já configurava uma das características marcantes da política brasileira, também foi um dos elementos centrais na manutenção da ditadura imposta após o golpe de Estado da burguesia brasileira aliada ao capital estrangeiro.

O anticomunismo pode ser entendido como o conjunto de práticas e representações de oposição e negação sistemáticas aos ideais comunistas, ou aquilo que é entendido por determinados grupos por comunismo. Para Motta, os anticomunistas são “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista”. (MOTTA, 2002, p. XIX)

Entretanto, segundo Luciano Bonet, o anticomunismo é um fenômeno com “valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional” (BONET, 2000, p. 34). Para o autor, explicações simplificadas de mera “oposição” não são suficientes para a compreensão deste fenômeno que é “complexo, ideológico e político ao mesmo tempo”.

Lincoln Secco, também colabora com essa questão ao afirmar que “o prefixo “anti” não é constituído como negação determinada do comunismo. O que ele supostamente nega não nos permite passar ao seu oposto, afinal, o comunismo real não conserva nada do anticomunismo”. (SECCO, 2019)

Apesar de a produção acadêmica sobre o fenômeno do anticomunismo ser consideravelmente menor no período pós golpe de 1964 e ao longo da ditadura<sup>9</sup>, defendemos

---

<sup>9</sup> Citamos aqui alguns exemplos: BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (mestrado em História). Programa de pós graduação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS, 2010; SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001; RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007; \_\_\_\_\_. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Letra e Voz, 2017; \_\_\_\_\_. **O diabo é vermelho: o imaginário**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que nesse contexto específico, em que o combate ao comunismo e aos comunistas era uma política de Estado, é essencial que nos debrucemos sobre o fenômeno. Pois, conforme Clarissa Brasil, em pesquisa sobre a atuação do Comando de Caça aos Comunistas durante a ditadura:

Os setores mais conservadores da sociedade brasileira nunca deixaram de temer o comunismo. Durante toda a década de 1960, 70 e até nos anos 80 o comunismo foi o espectro que continuava pairando as sociedades defensoras da Segurança Nacional. Em outras palavras, o anticomunismo não foi apenas o argumento para o(s) golpe(s), mas também para a sua perpetuação. (BRASIL, 2010, p. 59)

Os serviços secretos brasileiros, especialmente o SFICI e SNI, nasceram especialmente em função desse combate ao comunismo e aos comunistas, fazendo com que o anticomunismo após o golpe de 1964 fosse fortíssimo, constituindo de fato como política de Estado conforme a DSN, basta analisar a imensa (e pouco útil) produção sobre esses militantes por parte do serviço de informações<sup>10</sup>.

Sabemos que há pouca verdade e muita fantasia, medo, paranoia e preconceito de classe no discurso anticomunista das direitas, especialmente durante a ditadura de Segurança Nacional, porém, o conteúdo literal desses documentos oficiais ficam em segundo plano, o que realmente conseguimos interpretar a partir dessas fontes é sobre a organização e funcionamento desses órgãos em função de um anticomunismo visceral, em contexto de Guerra Fria e ditadura de classe.

Conforme vemos em uma informação produzida pela Agência Central do SNI de janeiro de 1973, a preocupação com o movimento comunista não era característica somente daquele momento, o perigo comunista também devia preocupar futuramente:

O Movimento Comunista Internacional representa o grande desafio dos dias atuais e não se pode deixar de aceitar esse desafio, não só porque estamos sendo violentados e agredidos dentro de nossas próprias Pátrias, como também porque temos o dever de preservar a segurança e a liberdade das gerações vindouras.<sup>11</sup>

---

**anticomunista e a Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** Passo Fundo: Editora UFP, 2003; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002; NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise.** Tese (doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica (RS). Porto Alegre, 2009.

<sup>10</sup> Minha pesquisa de mestrado em andamento é sobre a produção anticomunista do SNI ao longo da década de 1970, fiz um considerável levantamento de documentos dos serviços de informações sobre as atividades do PCB e informações sobre o MCI.

<sup>11</sup> BRASIL, Arquivo Nacional. Acervo Serviço Nacional de Informações, Informação C, nº: 0010/19/AC/73

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Durante a década de 1970 os serviços secretos brasileiros já estavam consolidados, existia uma malha gigantesca de agentes e funcionários, departamentos, secretarias, agências espalhadas pelo Brasil, o monstro crescera. Na década de 1970 dois contextos distintos e complementares deram tom a ditadura, o governo do Ditador Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), que fora ministro-chefe do SNI durante o governo Costa e Silva (1967-1969), e, portanto, deu atenção especial ao órgão permitindo que expandisse demasiadamente sua presença na vida política brasileira. Embora durante o nefasto período de Médici no poder a esquerda armada tenha sido a vítima preferencial (e de fato exterminada), a esquerda tradicional do PCB não deixou de preocupar os serviços secretos.

Os temas relacionados a obsessão anticomunista por parte dos serviços eram diversos, como já assinalamos, variavam entre: infiltração do movimento comunista internacional na imprensa, nos governos estaduais e municipais, na Igreja, no movimento estudantil; outro tema constante, especialmente após os movimentos de contra-cultura de 1968, era sobre a “corrupção dos costumes” que o Comunismo Internacional representa, seja por meio da “pregação” do “amor livre” ou incentivo as relações homossexuais, incentivo ao uso de drogas e bebidas alcoólicas, enfim, toda sorte de temas morais que muito se relacionava com o anticomunismo católico e militar.

Segundo Chirio, o anticomunismo militar “não é apenas reavivado pelos distúrbios políticos e a efervescência cultural de 1968: ele muda de tom” se os temas como a "destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu” não eram até aquele contexto centrais nas declarações militares, a partir desse momento essa questão torna-se central enquanto prova da escalada do comunismo e da subversão. (CHIRIO, 2012, p. 121)

Conforme assinala Daniel Samways,

o “inimigo” adquiriu outras características e novas roupagens e, segundo o discurso anticomunista do período, usava cabelo comprido e drogas, pregava o amor livre, a paz e o desarmamento. Táticas pacifistas que, segundo agentes de informações, esconderiam o verdadeiro objetivo dos comunistas: destruir o ocidente e seus valores. (SAMWAYS, 2014, p. 20)

Esse anticomunismo de caráter moral fica evidente a partir de uma enorme produção dos órgãos de informações, como neste documento veiculado na Agência Central do SNI que afirmava que:

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A sociedade brasileira vem sendo submetida a um processo paulatino de aceitação da pornografia, através da ampliação gradativa e sistemática do apelo pornográfico nos meios de comunicação de massas. (...)

A esse processo de degradação moral da sociedade por intermédio dos meios de comunicação, alia-se o incentivo ao uso dos tóxicos, notadamente entre a juventude, o qual, além de corromper a mente dos jovens, tornando-os dependentes dos traficantes, *contribui para os cofres do comunismo internacional*<sup>12</sup> (grifos meus)

A presença do “comunismo internacional” era temida, pois ele estaria presente em todas as nações do mundo, visando desagregar suas sociedades para favorecer a ascensão dos partidos comunistas ao poder. Em relatório que circulou por toda a Comunidade de Informações, a Agência Central estudou a situação de cada país na América Latina, pois

A falta de estabilidade política (da região) facilita ao comunismo promover descontentamento político e social. A falta de progresso, ocasionada pela má aplicação de planos de desenvolvimento econômico e social, agrava as condições que favorecem a ação subversiva comunista. (...)

Os agentes comunistas infiltrados em organizações sindicais, estudantis, profissionais e governamentais, chegam, por vezes, a controlar determinadas ações das próprias organizações, visando a fins subversivos. Na atualidade, existe, de forma legal ou clandestina, dentro de cada uma das nações do Hemisfério Ocidental, um partido comunista. A força desses partidos varia de nação para nação, porém sua existência constitui uma permanente ameaça.<sup>13</sup>

No início da década de 1970 também circulou na agência do SNI no Rio de Janeiro, informação sobre um grupo de “comunistas militantes, de passado bastante conhecido dos setores responsáveis pela Segurança Nacional”, a preocupação do serviço era sobre materiais de publicidade do partido que foram apreendidos, material este que seria “distribuído amplamente em todo território nacional, mostrando o firme propósito daqueles indiciados em ampliar cada vez mais a extensa rede de subversão já existente”. Embora neste período de vigência da luta armada o PCB não fosse o alvo prioritário, a mentalidade anticomunista dos agentes dos serviços secretos não o esqueceu, pois o partido, segundo eles, mantinha suas atividades de maneira “subterrânea” e “continua ameaçando e colocando em risco a segurança nacional”.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> BRASIL, Arquivo Nacional, Acervo Serviço Nacional de Informações. Informação C, nº: 1271/19/AC/72

<sup>13</sup> BRASIL, Arquivo Nacional, Acervo Serviço Nacional de Informações. Informação C, nº: 107/90/AC/72

<sup>14</sup> BRASIL, Arquivo Nacional, Acervo Serviço Nacional de Informações. Informação C, nº: 513/71/ARJ/SNI

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Após a derrota das esquerdas armadas, Ernesto Geisel (1907-1996) assumiu o comando do Executivo, o novo general ditador não tinha nenhum comprometimento com os serviços nem em tapar os olhos para os radicais da direita que se opunham a seu projeto distencionista. Porém, uma lógica perversa, e também pouco discutida na historiografia, estava entremeada no projeto de distensão do grupo de Geisel e Golbery: após a eliminação da esquerda armada fazia-se necessário exterminar a esquerda historicamente perseguida representada pelo PCB de Luiz Carlos Prestes.

A falta de guerrilheiros, a máquina de guerra da ditadura havia escolhido outro alvo: o PCB, maior e mais organizado agrupamento de esquerda, que se recusara a participar da luta armada. A escolha da repressão tinha uma explicação lógica e cruel: se a abertura política era realmente inevitável, pelo menos que o PCB não chegasse inteiro para usufruí-la. Nos dois primeiros anos de Geisel, foram mortos 16 comunistas do partidão. (FIGUEIREDO, 2005, p. 257)

Com a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, a ditadura acusou o partido da oposição consentida de estar “infestado” de comunistas. Logo em seguida começou a se articular a caçada ao PCB, pois segundo inúmeros documentos do SNI a Comunidade estava convicta da infiltração no partido, conforme aponta a informação produzida pelo CISA e difundida aos órgãos do Sisni:

No BRASIL, desde a sua primeira manifestação em 27 de novembro de 1935, o Movimento Comunista Internacional nunca deixou de se articular.

Decorridos 40 anos, evidencia, de modo claro, que a ação comunista modifica sua maneira de atuar, conforme as facilidades da época, evitando o combate frontal quando em desvantagem, aproveitando com inteligência a penetração pelos flancos vulneráveis. Nessas condições chegamos a novembro de **1974**, quando foram realizadas eleições parlamentares em todo o País. Nessas eleições, o partido da oposição, MDB, apoiado pelo **PCB** conforme orientação externa, conseguiu aumentar expressivamente o número de seus representantes. *Conseqüentemente, foram eleitos senadores e deputados federais e estaduais comprovadamente de esquerda, além de vários simpatizantes do credo vermelho e grande número de inocentes úteis<sup>15</sup>.*

---

<sup>15</sup> BRASIL, Arquivo Nacional, Acervo Serviço Nacional de Informações. Informação C, nº: 0384-CISA/75

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Após as eleições de 1974 e a caçada de morte ao PCB em 1975 a paranoia dos agentes de informação e dos militares só aumentou, chegando ao ponto de preocuparem-se com a infiltração comunista nas próprias Forças Armadas, como mostra um encaminhando do CISA a comunidade de Informações, onde afirmam possuir provas das “novas instruções” do Movimento Comunista Internacional “visando a infiltração à subversão e à tomada do poder concentrando seus trabalhos sobre a jovem oficialidade induzindo-os ao consumo de drogas e ao comprometimento com o Comunismo”.<sup>16</sup>

Durante todo o período de distensão e abertura política o espantinho do comunismo serviu para que a Comunidade se mantivesse ativa, assim justificando sua existência. Conforme percebemos em um pedido de buscas de 1978 difundido pela Agência Central do SNI a todas as agências regionais, em cada capita do país, e demais órgãos de informações, pois acreditavam que

As recentes medidas tomadas pelo Governo visando a redemocratização do País, estão propiciando o reaparecimento ou surgimento de novas organizações subversivas, que não satisfeitas com a proposição encaminhada ao Congresso Nacional, *persistem em sua caminhada cuja finalidade última é a implantação do regime comunista no BRASIL.*<sup>17</sup> (grifos meus)

Conforme escreve Carlos Fico, “pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal”, o historiador ainda complementa, resumindo bem a questão:

Durante a ditadura, além dos casos óbvios de perseguição, prisão, tortura e morte de militantes e quadros organizados, praticados pela polícia política, milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações. Muitas nem sequer souberam disso. Igualmente importante era a repercussão interna, sobretudo entre os militares moderados, das informações do Sisni: ao propagarem suas avaliações sobre a “ameaça subversiva” ou a “escalada do movimento comunista internacional”, os agentes da comunidade de informações difundiam como versão autorizada as ideias da linha-dura, constituindo-se em uma espécie de corpo de especialistas capaz de enunciar a “verdade” ou a “versão autorizada”, colaborando, assim, para a longa duração da ditadura e de seu aparato repressivo. (FICO, 2009, p. 180-181)

---

<sup>16</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Acervo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Encaminhamento S, nº 219

<sup>17</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Acervo Serviço Nacional de Informações. Pedido de busca nº: 136/16/AC/78

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A comunidade de Informações continuou plenamente atuante durante toda a ditadura, inclusive em seus momentos de definhamento no contexto de abertura política e redemocratização, os agentes de informações e repressores considerados da linha-dura utilizaram de todos os artifícios possíveis para manterem-se em seus cargos, inclusive de terrorismo, como os ataques a bomba as sedes da OAB, ABI, câmaras municipais, bancas de revistas, e o atentado do Rio-Centro, de algum modo sua atuação terrorista deu certo, pois o SNI sobreviveu inclusive a Constituição Democrática de 1988, e os serviços de informações militares apesar de reformulados também não foram extintos.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## REFERÊNCIAS:

AQUINO, Maria Aparecida de. [Et. Al] **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS-SP - o anticomunismo:doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, 1968-1981.** 2010. 124 f. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais.** São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. Espionagem, Polícia Política, censura e propaganda: os pilares da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime**

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

**militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luis a Lula (1927-2005).** Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da História geral.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_. **História: análise do passado e projeto social.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

JOFFILY, Mariana. O aparelho repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2018.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

PARENTI, Michael. **A Cruzada Anticomunista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973).** Curitiba: UFPR, 2014. Tese (doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.